

Gestão de Riscos – Compliance - Governança Corporativa – Sustentabilidade

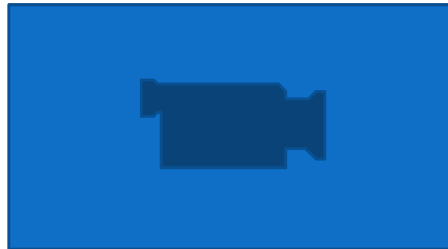
CRCMG

DEZEMBRO/2019



WELLS FARGO CEO BRUTAL TAKEDOWN

Responsibilities



Introdução - Conceitos

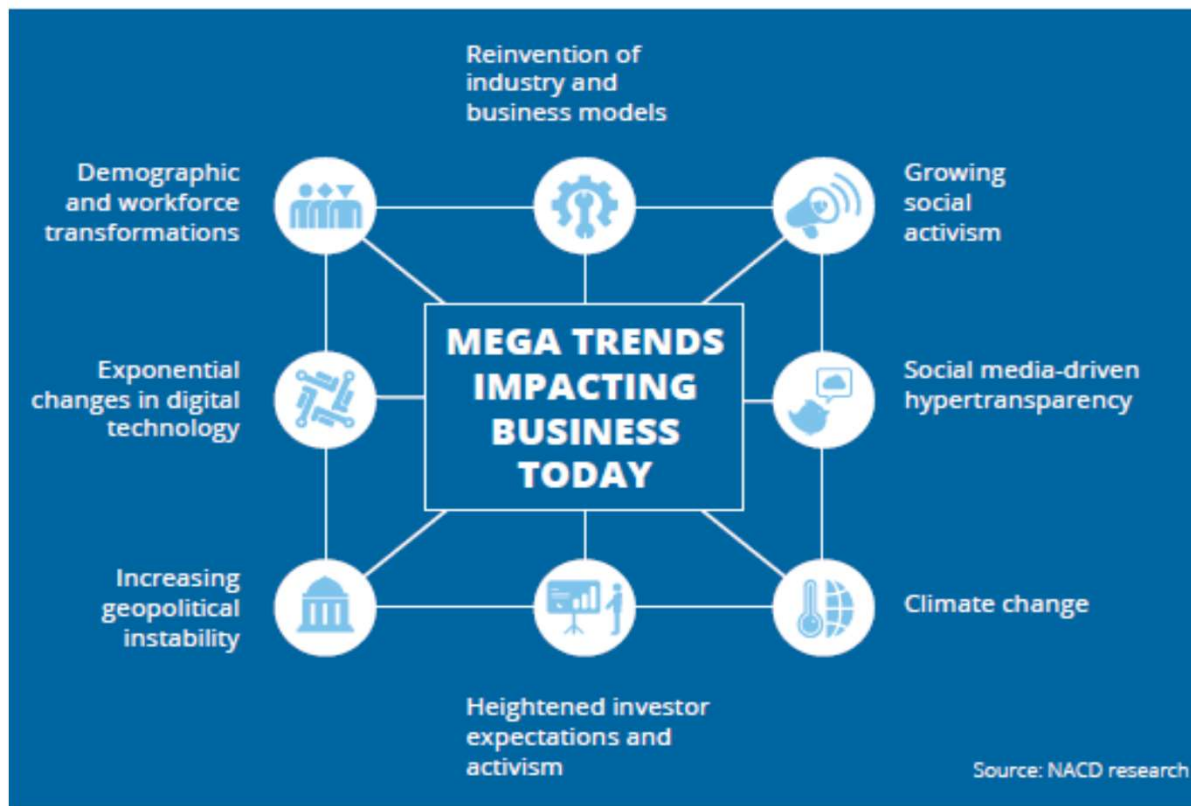
Gestão de Riscos, Compliance e Governança

Monitoramento e Prestação de Contas



Megatrends

Impacting Business Today



- **Novos Modelos**
- **Ativismo**
- **Mídia massificada**
- **Clima e meio ambiente (ESG)**
- **VUCA**
- **Transformações demográficas**
- **Tecnologia digital**

Gestão de Riscos, Compliance e Governança

Matriz de Riscos – Estratégicos, Operacionais, ...

IMPACTO	Muito Alto 10					
	Alto 8					
	Médio 5					
	Baixo 2					
	Muito Baixo 1					
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 5	Alta 8	Muito Alta 10
PROBABILIDADE						

Gestão de Riscos, Compliance e Governança

Visão individual x Visão colegiada/consensada



Gestão de Riscos, Compliance e Governança

Conflitos de Agência



Conflito de Agência

- Acionistas x Administradores
- Assimetria de informação
- **Interesses conflitantes**
- Tipificação
 - blocos de controle
 - interesses minoritários
 - transações partes relacionadas

Riscos e decorrente Compliance

Temas para Reflexão - Natureza

1. Planejamento **estratégico?** **Atualizado...**
2. Há **estrutura de governança?** Políticas e diretrizes **formalizadas?** Práticas **executadas....**
3. Linhas e responsabilidades de **defesa e interação?** **claras e definidas....** **conscientizadas...**
4. **Riscos - Operacional, Regulatório, Financeiro, Qualidade...bem geridos e monitorados?** e as **Relações Sociais e Comunitárias** estão consideradas?
5. Riscos **curto, médio e longo prazo** **adequadamente** **monitorados e mitigados?**
6. Qual a natureza de gestão de risco
 - inicial...
 - intermediário - no meio do caminho...
 - avançado
9. São adotados conceitos de ERM (**Modelagem** **Preditiva?** **Reativa?** **Sistemicamente Integrada?** Revisitados com adequada frequência?)

Gestão de Riscos, Compliance e Governança

Pilares - Gestão e Monitoramento e Prestação de Contas



Riscos e Compliance Abrangência

Estratégico, Regulatório e Financeiro, Tecnologia

<u>Estratégico</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Financeiro</u>	<u>Tecnologia-Segurança</u>
<ul style="list-style-type: none">• Reputação e imagem• Concorrência – mercado• Mídias Sociais• Fornecedores / Clientes• Talentos• Tecnologia / Disrupção• Relacionamentos relevantes - TRUST	<ul style="list-style-type: none">• Anti- Corrupção• Meio ambiente• Fiscal – Trabalhista• Segmento - específico• LGPD	<ul style="list-style-type: none">• Orçamento e Metas• Fluxo Caixa• Contratos/Covenants• Terceiros• Políticas Organizacionais e registros empresariais	<ul style="list-style-type: none">• Analytics• Nuvem• IOT• Machine Learning• Inteligência Artificial• Risco Cibernético / Segurança da Informação

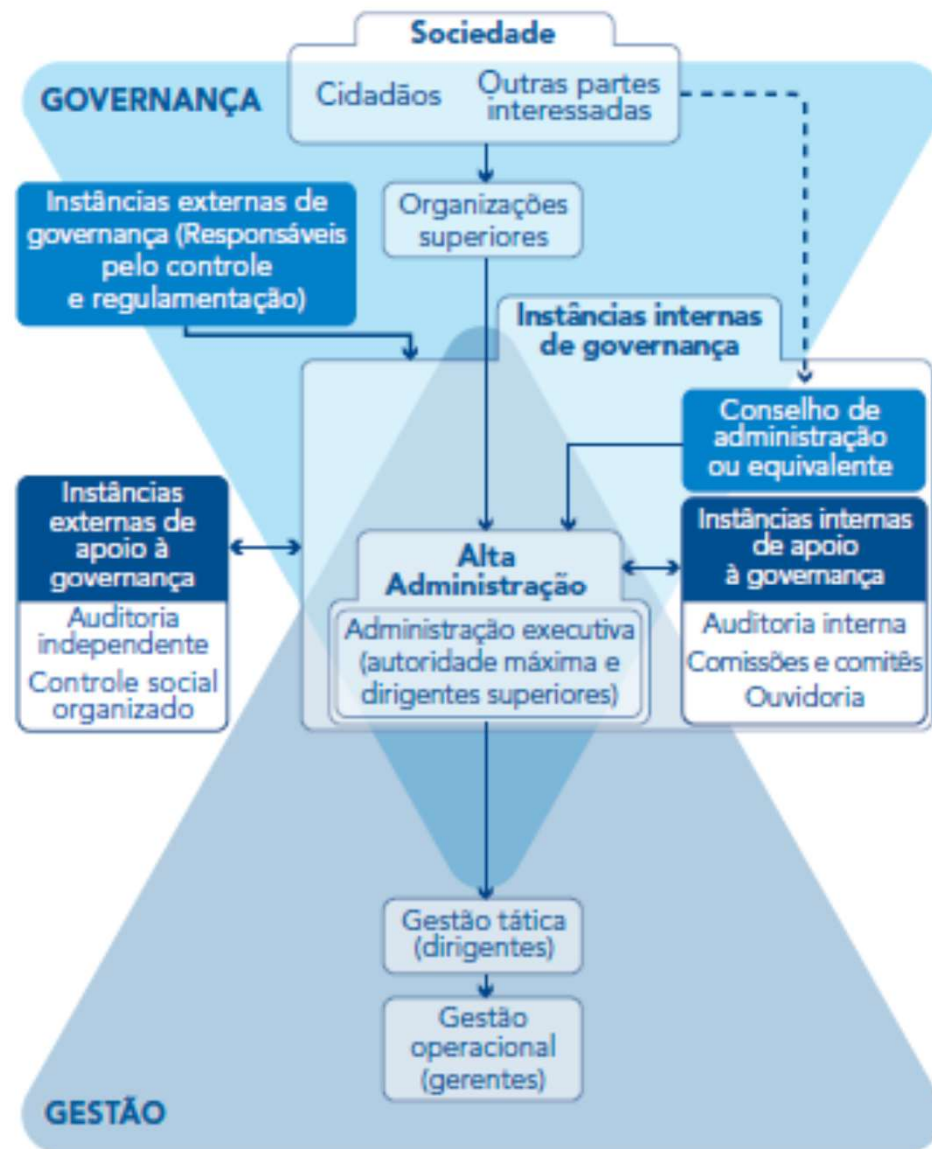


Figura: Sistema de governança de órgãos e Entidades da administração pública (TCU, 2014)

Gestão de Riscos, Compliance e Governança

Sistema de Governança Corporativa – Dimensão Formal



Gestão de Riscos, Compliance e Governança

Comitê de Risco?

Comitê de Auditoria?

Auditor Interno?

Auditor Externo?

Conselho Fiscal?

COMEX?

Para quem reporta? CA? Executivo #1?

Há respostas? - recurso\$, investimentos?

Há Comitê de Crise?

**Riscos Estratégicos, Riscos Altos
Envolvimento de especialistas**

Linhas de Defesa

Compliance - 3+ Linhas de Defesa

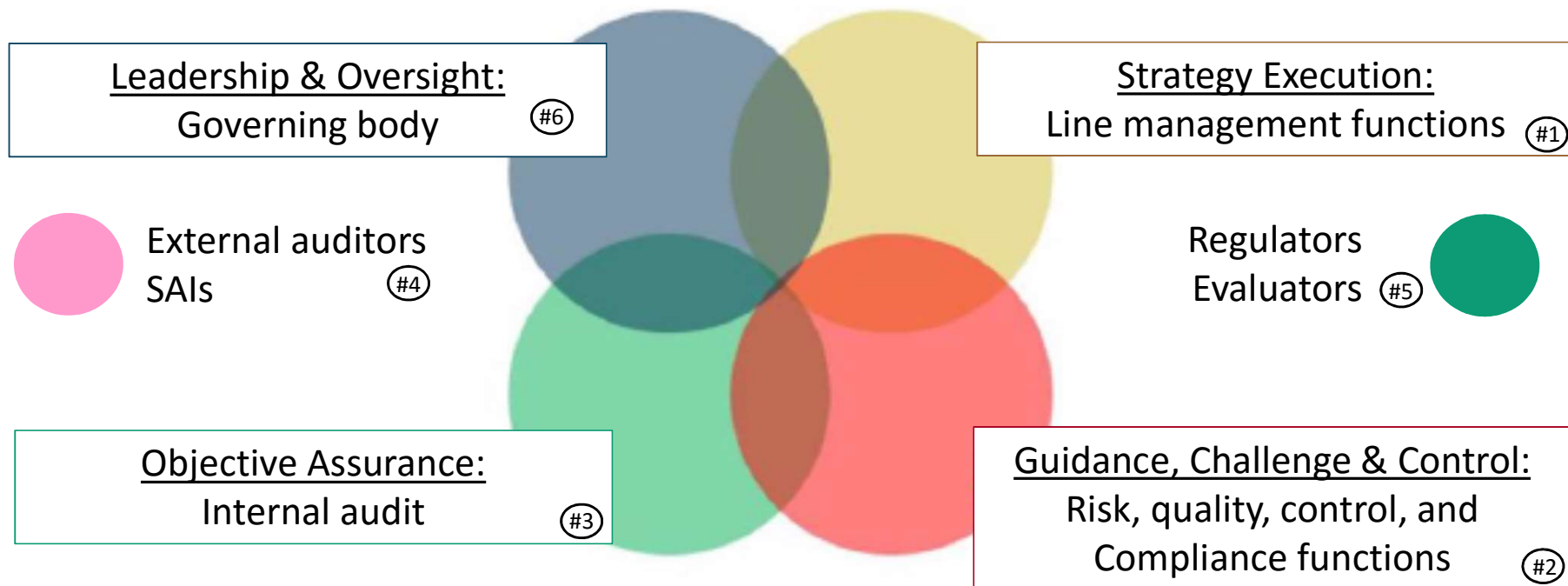
Modelo de Três Linhas de Defesa



Adaptação da Guidance on the 8th EU Company Law Directive da ECIIA/FERMA, artigo 41

Compliance - 3+Linhas de Defesa

Três Linhas de Defesa&Oversight - Alinhamento e Convergência



*Indicadores – Riscos, Compliance,
Governança*

Risco Compliance e Indicadores

Categorias de indicadores



Compliance - Indicadores

Indicadores - Pessoas

Indicador	Quadro de Pessoal - necessidades
Objetivo	Retenção
Meta	XXXX
Periodicidade	Periodicidade
Indicador	Movimentação e Hierarquização
Objetivo	Recursos de e para outras áreas da empresa
Meta	XXXX
Periodicidade	Anual

Compliance - Indicadores

Indicadores - Pessoas

Indicador	Treinamento
Objetivo	Quantidade de horas investidas em cursos, seminários, congressos
Meta	XX horas anuais por indivíduo -categoria
Periodicidade	Programa Anual
Indicador	Horas Produtivas
Objetivo	Quantidade de horas investidas em atividades - projetos
Meta	► Métrica: staff.... gerencial %
Periodicidade	Mensal - Projeto

Compliance - Indicadores

Indicadores - Pessoas

Indicador	Certificação Profissional
Objetivo	Quantidade de pessoas certificadas
Meta	(individual, coletiva)
Periodicidade	Anual
Indicador	Estudo de Idiomas
Objetivo	% que estão estudando outro idioma
Meta	Depende da organização
Periodicidade	Anual

Compliance - Indicadores

Indicadores - Financeiros

Indicador	Orçamento
Objetivo	Recursos financeiros investidos x Retorno esperado x Retorno auferido
Meta	Controle evolutivo %
Periodicidade	Trimestral - Semestral

Compliance - Indicadores

Indicadores - Financeiros

Indicador	Risco Financeiro Identificado/Evitado
Objetivo	Mensuração Financeira - Valor Agregado
Meta	XXX
Periodicidade	Trimestral - Semestral
Indicador	Valores Recuperados
Objetivo	Mensuração financeira - recuperação-benefícios da implementação dos planos de ação
Meta	Consoante especificação
Periodicidade	Trimestral

Compliance - Indicadores

Indicadores – Eficiência

Indicador	Antes x Depois
Objetivo	Medição da Atividade
Meta	xxxx (tempo, volume)
Periodicidade	Mensal
Indicador	Implementação dos Planos de Ação
Objetivo	Mitigação de determinado Risco
Meta	xxx (tempo, volume)
Periodicidade	Mensal

Compliance Indicadores

Indicadores – Eficiência

Indicador	Certificação de qualidade – QA (Quality Assessment)
Objetivo	Garantir um padrão de qualidade distintivo
Meta	Obter certificação do IIA
Periodicidade	05 anos
Indicador	Nível de Maturidade Organizacional
Objetivo	Disseminação e visibilidade das conquistas e objetivos traçados
Meta	Por organização - Por Atividade
Periodicidade	Anual

Compliance Indicadores

Indicadores – Eficiência e Eficácia

Indicador	Categoria de Risco
Objetivo	Cobertura dos riscos x classificação estratégica matricial
Meta	(especificidade)
Periodicidade	Anual
Indicador	Riscos Estratégicos Operacionais Individualizados
Objetivo	Riscos especificados da organização
Meta	XXX
Periodicidade	Semestral - Anual

ComplianceIndicadores

Indicadores – Eficiência

Indicador	Trabalhos de <i>Advisers</i>
Objetivo	Participação contributiva no projeto, no negócio
Meta	Àrea, Subsidiária,
Periodicidade	Mensal- Trimestral- Projeto

Riscos, Compliance, Governança – O que dizem os Reguladores?

Cybersecurity: Where are we, and what more can be done?

PCAOB Director - Statement of Kathleen Hamm

...The Benefits and Risks of Technology

- Our mission at the PCAOB calls on us to protect investors and the **public interest by overseeing on particular aspect of the financial ecosystem.**

- Why is **technology a key strategic imperative** for us? While we do not know precisely how or when, we do know that emerging Technologies and data analytics will fundamentally change the way financial information is reported, how audits (compliance,jrm) are conducted and ultimately how we at the PCAOB perform our work. More andta more companies now **use algorithms and robotic process automation (RPA) to perform finance tasks.** They are also **increasing their use of advanced analytics and artificial intelligence in their financial reporting.**

Technology offers the promise of combining increased efficiency with improved effectiveness, resulting in enhanced audit quality.

Public companies and their officers and directors have important roles as well. So do auditors. **Given the magnitude of the threat, we can only effectively respond if we act together...**

DOJ/2019 – Evaluation of Corporate Compliance Programs

On April 30, 2019, the Criminal Division of the US Department of Justice released updated guidance on its EVALUATION OF CORPORATE COMPLIANCE PROGRAMS.

The “Principles of Federal Prosecution of Business Organizations” in the Justice Manual describe specific factors that prosecutors should consider in conducting an investigation of a Corporation, determining whether to bring charges, and negotiating plea or other agreements. **These factors include “the adequacy and effectiveness of the corporation’s compliance program at the time of the offense, as well as at the time of a charging decision and the corporation’s remedial efforts to implement an adequate and effective corporate compliance program or to improve an existing one.”**

The Justice Manual, poses three fundamental questions:

- 1. Is the corporation’s compliance program well designed?**
- 2. Is the program being applied earnestly-seriously and in good Faith? with conviction?**
- 3. Does the corporation’s compliance program work in practice?**

DOJ/2019 – Evaluation of Corporate

1. Is the Corporation's Compliance Program Well Designed?

- A. Risk Assessment** – The starting point for a prosecutor's evaluation of whether a company has a well-designed compliance program is to understand the company's business from a commercial perspective, how the company has identified, assessed, and defined its risk profile, and the degree to which the program devotes appropriate scrutiny and resources to the spectrum risks.
- B. Policies and Procedures** – Any well-designed compliance program entails policies and procedures that give both content and effect to ethical norms and that address and aim to reduce risks identified by the company as part of its risk assessment process.
- C. Training and Communications** – Another hallmark of a well-designed compliance program is appropriately tailored training and communications.
- D. Confidential Reporting Structure and Investigation Process** – Another hallmark of a well-designed compliance program is the existence of an efficient and trusted mechanism by which employees can anonymously or confidentially report allegations of a breach of the company's code of conduct, company policies, or suspected or actual misconduct.
- E. Third Party Management** – A well-designed compliance program should apply risk-based due diligence to its third party relationships.
- F. Mergers and Acquisitions (M&A)** – A well-designed compliance program should include comprehensive due diligence of any acquisition targets.

DOJ/2019 – Evaluation of Corporate

2. Is the Corporation's Compliance Program Being Implemented Effectively?

- A. Commitment by Senior and Middle Management** Beyond compliance structures, policies and procedures, it is important for a company to create and foster a culture of ethics and compliance with the law. The effectiveness of a compliance program requires a high-level commitment by company leadership to implement a culture of compliance from the top. How have senior leaders encouraged or discouraged compliance? What concrete actions have they taken to demonstrate leadership in the company's compliance and remediation efforts? How have they modelled proper behavior to subordinates? Have they tolerated greater compliance risks in pursuit of new business or greater revenues? Have they encouraged employees to act unethically to achieve a business objective, or impeded compliance personnel from effectively implementing their duties U.S. Department of Justice Criminal Division Evaluation of Corporate Compliance Programs? What compliance expertise has been available on the Board of Directors? Have the Board of Directors and/or external auditors held executive/private sessions with the compliance and control functions?
- B. Autonomy and Resource Effective implementation** also requires those charged with a compliance program's day to day oversight to act with adequate authority and stature.
- C. Incentives and Disciplinary Measures** – Another hallmark of effective implementation of a compliance program is the establishment of incentives for compliance and disincentives for non-compliance. The organization's compliance program shall be promoted and enforced consistently throughout the organization through appropriate incentives to perform in accordance with the compliance and ethics program, and appropriate disciplinary measures for engaging in criminal conduct and for failing to take reasonable steps to prevent or detect criminal conduct.

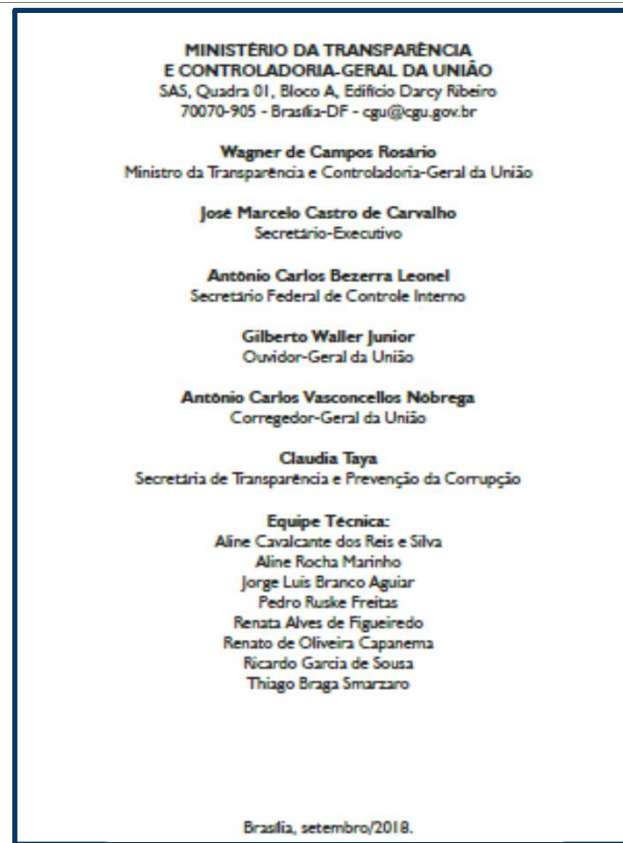
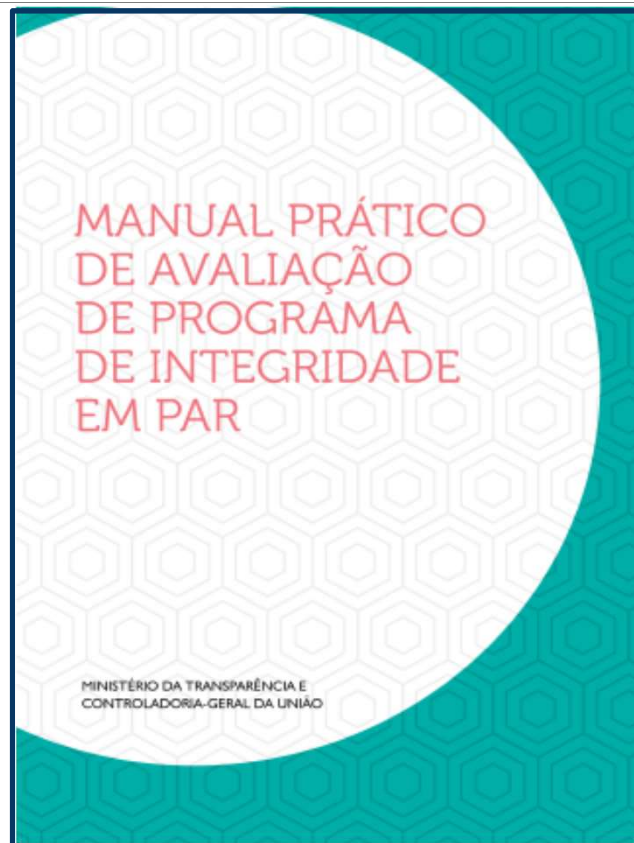
DOJ/2019 – Evaluation of Corporate

3. Does the Corporation's Compliance Program Work in Practice?

- A. Continuous Improvement, Periodic Testing, and Review** – One Hall mark of an effective compliance program is its capacity to improve and evolve. The company has engaged in meaningful efforts to review its compliance program and ensure that it is not stale. What is the process for determining where and how frequently internal audit will undertake an audit, and what is the rationale behind that process? How are audits carried out? What types of audits would have identified issues relevant to the misconduct? Did those audits occur and what were the findings? What types of relevant audit findings and remediation progress have been reported to management and the board on a regular basis?
- B. Investigation of Misconduct** – Another hallmark of a compliance program that is working effectively is the existence of a well-functioning and appropriately funded mechanism for the timely and thorough investigations of any allegations or suspicions of misconduct by the company, its employees, or agents. An effective investigations structure will also have an established means of documenting the company's response, including remediation measures taken.
- C. Analysis and Remediation of any Underlying Misconduct** – Finally a hallmark of a compliance program that is working effectively in practice is the extent to which a company is able to conduct a thoughtful root cause analysis of misconduct and timely and appropriately remediate to address the root causes.

Brasil

Manual CGU - Controladoria Geral da União Ministério da Transparência - Adm. Pública

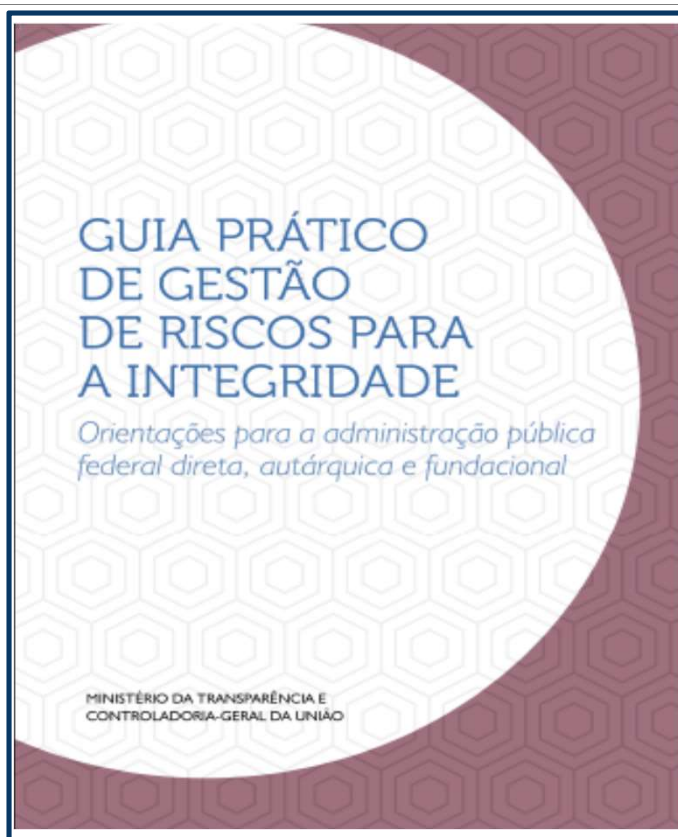


PAR

- **Processo**
- **Administrativo**
- **Responsabilização**

Brasil

Manual CGU



MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA
E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro
70070-905 - Brasília-DF - cgu@cgu.gov.br

Wagner de Campos Rosário
Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União

José Marcelo Castro de Carvalho
Secretário-Executivo

Antônio Carlos Bezerra Leonel
Secretário Federal de Controle Interno

Gilberto Waller Junior
Ouvidor-Geral da União

Antônio Carlos Vasconcellos Nobrega
Corregedor-Geral da União

Claudia Taya
Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção

Brasília, setembro/2018.

Brasil

CVM – Supervisão Baseada em Risco - Plano Bienal 2019/2020



O que se diz pelo mundo?



Foto: Evento mostrou avanços e desafios das empresas em governança

O COMPLIANCE COMO CULTURA

Após a Operação Lava Jato, as empresas tentam se ajustar a boas práticas de governança e essa movimentação é acompanhada pela sociedade civil

Regras existem, mas falta eficiência na aplicação, dizem especialistas

Avaliação é de que regras sozinhas não evitam atos ilícitos, mas é preciso priorizar e monitor sua prática

Ana Neira

Apesar dos esforços no aprimoramento do compliance no Brasil, ainda é preciso avançar na aplicação das regras que visam a boas práticas, tanto na esfera pública quanto privada. Essa é a avaliação de especialistas ouvidos pelo Estado.

O cenário atual é de desequilíbrio, com mais avanços estruturais do que internalização das regras. Essa é a análise do professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e sócio-fundador da Direção Consultoria Alexandre Di Miceli. "Ainda investimos demais no formalismo e pouco na cultura ética, na boa liderança, na autorregulação. Esses elementos precisam andar de mãos dadas com uma política de

como um conjunto de itens para preencher e exibir", lamenta.

Demanda. Sílvia Urquiza e Carolina Fonti, sócias do Urquiza, Fimentel e Fonti Advogados, têm acompanhado de perto a movimentação das empresas que buscam trilhar o caminho entre a ausência de um sólido programa de compliance e a plena aplicação dessas normas. Para as advogadas, esse é um mercado cada vez mais aquecido. "Infelizmente é uma minoria que está preocupada com o assunto, mas aquelas que nos procuram é justamente para reverter a situação porque tiveram algum problema. Então, há conscientização e, por isso, vejo o cenário com otimismo", afirma Sílvia, que também preside o Instituto Compliance Brasil.

Um engano recorrente nesse processo é acreditar que um conjunto de boas práticas está restrito apenas às grandes companhias. "É comum clientes acharem que só as gigantes devem se atentar ao compliance. Mas não é bem assim. O tamanho da

CRONOLOGIA

Escândalos e medidas de combate à corrupção no Brasil e no mundo

1977

FCPA - FOREIGN CORRUPT PRACTICES ACT

Lei antissuborno americana, que visa a combater a corrupção, especialmente aquela decorrente de subornos a dirigentes governamentais, tanto nos Estados Unidos como no exterior

1998

LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO

Alinha o Brasil a práticas internacionais de compliance e cria mecanismos de prevenção e combate às ações de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens



2001

FALÊNCIA DA ENRON

Após escândalo no qual diretores da empresa maquiavam os balancetes, enganavam os prejuízos e inflavam os lucros, a companhia desbota rombo de US\$ 15 bilhão. Para conter o efeito no mercado, foi criada a Lei Sarbanes Oxley, que prevê a criação de mecanismos de auditoria e segurança contábil dentro das empresas

O Estado de S. Paulo
E&N Economia e Negócios
Fórum Estadão : *Compliance*
06 de julho de 2018

Modesto Carvalhosa, jurista e especialista em casos de corrupção

‘Compliance não é remédio para empresa corrupta’

Para jurista, empresas avançaram em práticas de governança, mas raiz do problema é estrutural e passa por reforma do Estado

Anna Carolina Papp

Apesar de ter despertado como uma das grandes ferramentas no combate ao desvio de recursos, o compliance por si só não é suficiente para estancar a corrupção e instaurar uma cultura de boas práticas, avalia o jurista Modesto Carvalhosa. Para ele, o compliance só faz efeito em empresas “desorganizadas, porém honestas”. No caso de empresas com “tradição corrupta”, não há saída senão trocar todas as cartas marcadas. O especialista enaltece os avanços ocorridos pós-Lava Jato, mas afirma que a luta contra a corrupção, que ele considera estrutural, passa necessariamente por uma nova Constituição. A seguir, os principais trechos da entrevista.

● O sr. endossa o coro de que a Lava Jato foi um divisor de águas para o combate à corrupção no País?

Concordo, porque ela realmente criou métodos de eficiência. Tem agido com maior celeridade, trazido recursos desviados de volta para o País, o que é importantíssimo. É um paradigma internacional de combate à corrupção.

● Com tantos escândalos envolvendo grandes empresas, as companhias de fato avançaram nas práticas de compliance? Muito. Houve um grande progresso de compliance no Brasil nos últimos anos, como fruto dessa campanha contra a corrupção. E o compliance vale muito não só no ambiente da empresa. Isso vale para toda a cadeia, desde a contratação de um fornecedor, uma empreiteira, uma seguradora.

● Como fazer com que as empresas vejam o compliance não só como uma forma de evitar multas, mas sim como uma cultura? Pode até parecer estranho o que eu vou dizer. Mas como aponta um estudo do (Alexandre) Di Meele, compliance serve para empresas honestas, e não para empresas corruptas. Não adianta colocar compliance em empresas que têm tradição de corrup-

“
Eu não acredito nos compliances que são fruto de acordo de leniência. Eles realmente foram feitos, mas ali havia uma obrigação.”

ção. Elas ou têm de ser dissolvidas, ou seu controle tem de ser vendido ou seus administradores têm de ser inteiramente trocados. Compliance só tem efeito em empresas que são desorganizadas, que têm problemas, não sabem muito bem o que é ética empresarial – mas que agem no mundo dos negócios de uma maneira regular. O compliance por si só não é um remédio para acabar com a corrupção, de maneira alguma.

● E as empresas que fizeram acordo de leniência? Eu não acredito nos compliances que são fruto de acordo de leniência. Eles realmente foram feitos, mas ali havia uma obrigação. As famílias que dominaram por gerações essas empreiteiras, por exemplo, continuam no controle delas, não vão mudar cultura nenhuma.

● Qual a sua avaliação sobre a Lei Anticorrupção? Praticamente não foi aplicada no Brasil. Ela

ainda não “pegou” por falta de cultura, no sentido de hábito da sua aplicação. Mas, apesar dos defeitos, é uma boa lei.

● A corrupção vem do governo, das empresas ou é sistêmica? Ela é estrutural. A estrutura do Estado no Brasil facilita a corrupção, que é a apropriação privada de recursos públicos. Isso além da corrupção criminalizada, que são os crimes contra a administração pública.

● Nesse sentido, o fim do financiamento empresarial

de campanha faz diferença?

Essa medida foi excelente, uma das melhores coisas que ocorreram no sentido de combater a corrupção no Brasil. Mas é preciso acabar com o fundo partidário, que é um escândalo. Os partidos têm de ser financiados pelos seus integrantes e seus simpatizantes. Outro ponto são as candidaturas independentes – mas isso está parado no STF. A única maneira de o Brasil oxigenar as eleições seria permitindo candidatos independentes.

● No mês passado o sr. lançou o livro ‘Da Cleptocracia à Democracia em 2019’. Como ele se relaciona com o momento atual? Cleptocracia, do grego, quer dizer “governo de ladrões”. O livro aponta sugestões para se criar um Estado que deixe de impedir a nação de trabalhar, se desenvolver, ter empresas, ser produtivo. Apresentamos um projeto de governo voltado para uma nova Constituição que transforme a estrutura do Estado brasileiro, que hoje dá todos os caminhos da corrupção, por defender grupos de interesses.



O Estado de S. Paulo
E&N Economia e Negócios
Fórum Estadão : Compliance
06 de julho de 2018

Cresce procura por 'treinamento de ética'

Empresas querem se blindar de punições e dificultar novos esquemas de corrupção

Renée Pereira

Desde que a Operação Lava Jato prendeu alguns dos maiores empresários e executivos do Brasil, envolvidos na Operação Lava Jato, tem havido uma corrida das empresas para se blindar de punições e dificultar novos esquemas de corrupção dentro das corporações. Além de criar novos programas de compli-

porque a punição pode ser mitigada se a empresa tiver um programa de compliance efetivo e eficaz", diz Altit.

Entre as preocupações do executivo do alto escalão – leia-se presidentes –, está a sua responsabilidade por medidas adotadas no passado e por outras gestões e também por terceiros. Ou seja, como evitar que essas decisões respiguem na empre-



“

Essa sanha por treinamentos e implementação de programas de compliance surgiu com a nova Lei Anticorrupção, após a Lava Jato.”

Kevin Altit

ADVOGADO, SÓCIO DO ESCRITÓRIO MATTOS FILHO

rupção e ética.

Custos. Patrícia Agra afirma que, apesar da corrida pela implementação de programas de compliance, muitas companhias menores ainda estão fora desse universo. Isso porque a criação de códigos de conduta e todos os canais para evitar a corrupção custam caro. Pode variar entre R\$ 500 mil e R\$ 3 milhões, afirmam especialistas. “Infelizmente, muitas empresas ainda têm programas para inglês ver. A procura pela implementação cresceu bastante, mas deveria ser maior”, diz Patrícia.

Segundo a coordenadora do Proinfo – departamento de pesquisa em governança e compliance – da Fundação Instituto de Administração (FIA), Fábila

O Estado de S. Paulo
E&N Economia e Negócios
Fórum Estadão : Compliance
06 de julho de 2018

MANCHESTER UNITED WORRIES ABOUT COMPLIANCE TOO



In a recent filing with the SEC, Manchester United plc described its relentless international expansion and the risks consequently faced from the Foreign Corrupt Practices Act, the UK Bribery Act, and similar anti-corruption laws.

Friday, October 4, 2019 at 9:48AM

By [Richard L. Cassin](#) in Malcolm Glazer, Manchester United, football

THE WALL STREET JOURNAL.



Risk & Compliance
Sponsored by **Deloitte**

The Morning Risk Report: Nissan Audit Chief Sought to Expand Ghosn Probe – And was Shut Down

By Dylan Tokar



EX-PROMOTOR DOS EUA ELOGIA COMPLIANCE BRASILEIRO: “EUA LEVARAM 30 ANOS PARA CHEGAR ONDE ESTÃO. O BRASIL CONSEGUIU EM QUATRO”

Site: www.amcham.com.br/noticias publicado 20/08/2018 14h21

São Paulo - Daniel Fridman comparou práticas de compliance entre os países

O ex-promotor de Justiça dos EUA, Daniel Fridman, sócio do escritório White & Case (EUA), elogiou as iniciativas brasileiras relacionadas às políticas de anticorrupção e compliance. “Os Estados Unidos levaram cerca de 30 anos para chegarmos onde estamos hoje. O Brasil conseguiu em quatro. Estou muito impressionado o quanto as coisas mudaram”, elogiou o especialista, durante o V Fórum de Compliance da Amcham - São Paulo no dia 17/08. Fridman participou de um painel sobre protocolos de investigação de denúncias junto a Honazi Farias, professor do MBA de Gestão de Risco e Compliance da FIA e Pierpaolo Cruz Bottini, sócio do Bottini & Tamasauskas Advogados.

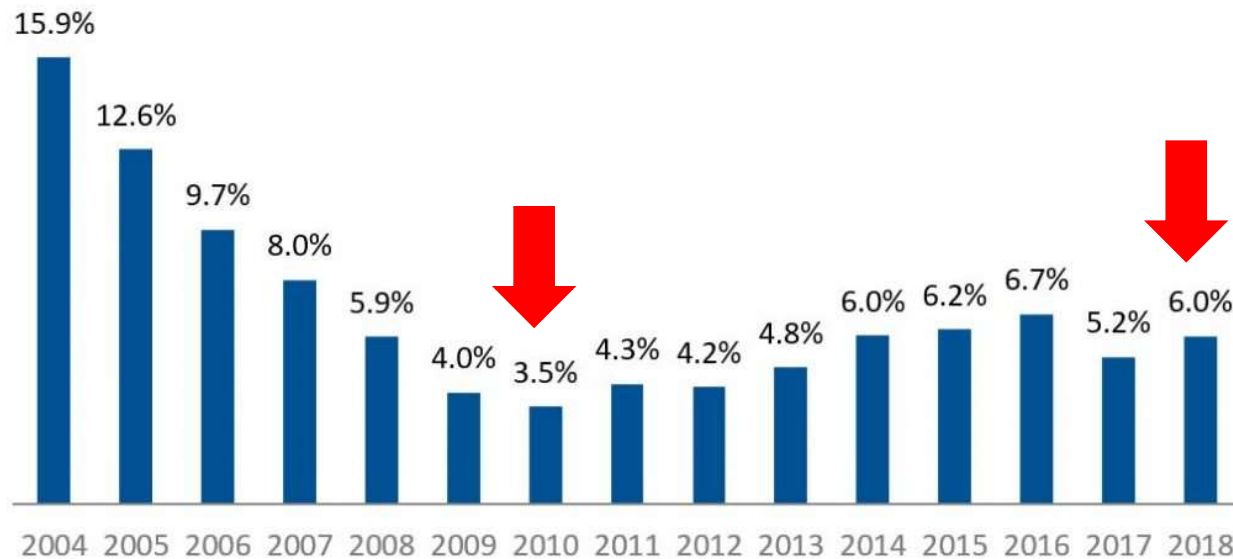
SOX Estadísticas

SOX Estadísticas

SOX 404: A Fifteen Year Review

“The number of adverse auditor attestations (those disclosing ineffective ICFR) has shaped an interesting path over the last fifteen year. As shown in the graph below, **there were 217 adverse attestations for fiscal year 2018, a 14.8% increase from the 189 attestations in 2017.**”

Adverse Auditor Attestations



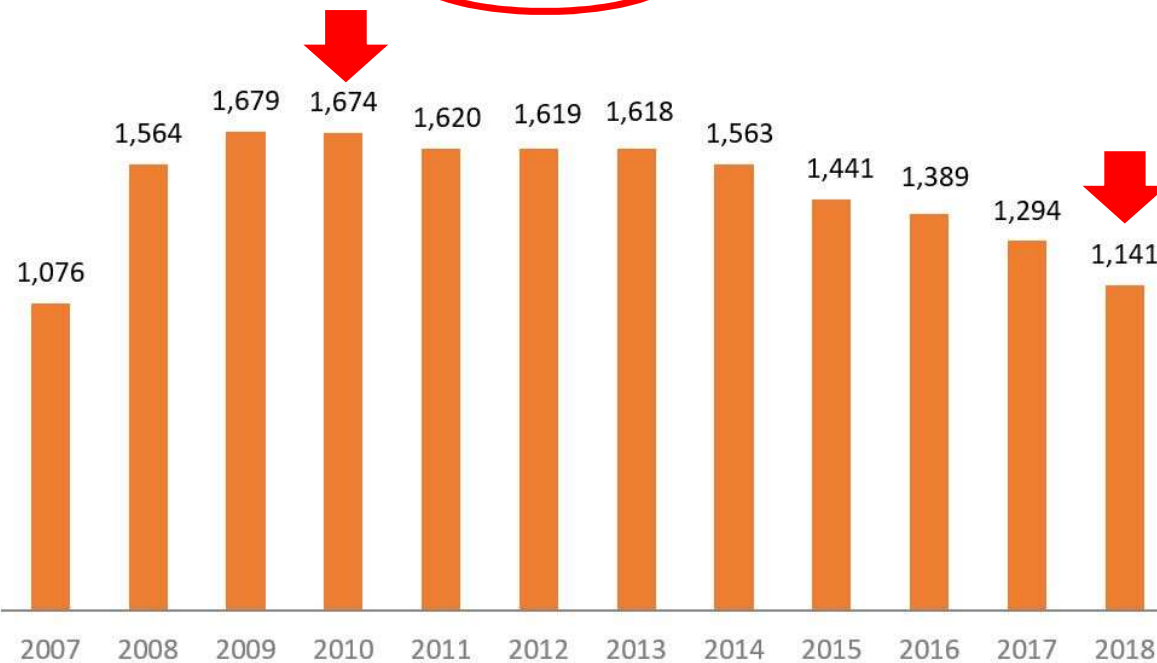
*Posted in Quality of Reporting,
Reports by Nicole Hallas,
Sept, 30, 2019*

SOX Estadísticas

SOX 404: A Fifteen Year Review

“Unlike auditor attestations, the number of management-only assessments did not reflect the same increases after 2010. **In fact, the total barely changed from 2011-2013 and have dropped every year since. 2018’s total of 1,141 is the second lowest number of adverse management-only assessments ”over the twelve year span.**”

Adverse Management-Only Assessments



*Posted in Quality of Reporting,
Reports by Nicole Hallas,
Sept, 30, 2019*

SOX Estadísticas

SOX 404: A Fifteen Year Review

Ineffective ICFR Issues (Internal Controls)	# Attestations
Material and/or Numerous Auditor /Year-End Adjustments	138
Accounting Personnel Resources, Competency/Training	99
Information Technology, Software, Security & Access	73
Segregations of Duties/ Design of Controls (Personnel)	56
Inadequate Disclosure Controls (Timely, Accuracy, Complete)	38

Ineffective ICFR Issues (Internal Controls)	# Assessments
Accounting Personnel Resources, Competency/Training	867
Segregations of Duties/ Design of Controls (Personnel)	788
Ineffective, Non-Existent or Understaffed Audit Committee	301
Inadequate Disclosure Controls (Timely, Accuracy, Complete)	254
Material and/or Numerous Auditor /Year- End Adjustments	225

*Posted in Quality of Reporting,
Reports by Nicole Hallas,
Sept, 30, 2019*

Considerações Finais

Então o que os profissionais de riscos e negócios estão dizendo?



Fonte: PwC

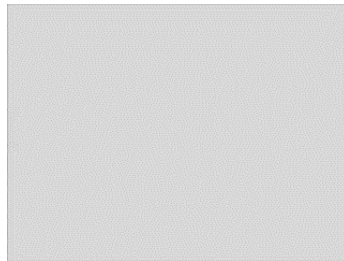
Key Ten Regulatory Challenges for 2019...

1. Divergent regulation
2. Risk-governance-controls
3. Data privacy
4. Compliance processes
5. Credit management
6. Cybersecurity
7. Ethics and conduct
8. Consumer protections
9. Financial crimes
10. Capital and liquidity



Fonte: KPMG

Intelligence, Trust, Focus & Team Work



Jorge Manoel
(11) 98426.4626
E-mail: jorge.r.manoel@gmail.com

Obrigado.